

# **ANTAGONISMO E IDEOLOGIA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO**

ANTAGONISM AND IDEOLOGY: BRIEF CONSIDERATIONS ON THE BRAZILIAN POLITICAL  
CONTEXT

Walter de Oliveira Campos <sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo tecer breves considerações sobre o atual contexto político brasileiro, marcado por um antagonismo caracterizado por polarização e extremismo político e por uma luta travada no âmbito da circulação de ideias, principalmente por meio dos canais de comunicação social em rede virtual. Para isso, inicialmente discorre-se sobre o conceito de antagonismo político tal como proposto por Chantal Mouffe. Em seguida, trata-se de alguns modos e estratégias de funcionamento da ideologia descritos por John B. Thompson, salientando-se o papel das representações linguísticas na construção da realidade social. O terceiro item procura identificar o funcionamento de estratégias simbólico- ideológicas no jogo político brasileiro e seu papel na configuração do antagonismo político que marca o cenário brasileiro dos últimos anos. As considerações finais ressaltam a preocupação causada pela predominância do modelo antagonístico polarizado e extremista e a necessidade de estabelecimento da disputa política de acordo com o modelo agonístico.

**Palavras-chave:** Antagonismo político. Ideologia. Linguagem e representação simbólica. Contexto político brasileiro.

**ABSTRACT:** *This article aims to make brief considerations on the current Brazilian political context, that is marked by an antagonism characterized by polarization and political extremism and also by a struggle carried on in the scope of circulation of ideas, mainly through the social media channels in virtual networks. For that, initially it makes comments on the concept of political antagonism as proposed by Chantal Mouffe. Then it treats some modes and strategies of ideology described by John B. Thompson, emphasizing the role of linguistic representations in the construction of the social reality. The third item seeks to identify the functioning of symbolic-ideological strategies in the Brazilian political game and their role in the configuration of the political antagonism that has marked the Brazilian scenery in the last years. The final considerations emphasize the preoccupation caused by the predominance of the polarized and extremist antagonist model as well as the need for establishing the political dispute according to an agonistic model.*

---

<sup>1</sup> O autor, oficial de justiça, é mestre em Ciência do Direito pela UENP (Jacarezinho) e doutor em História pela UNESP (Assis). E-mail: walterdeoliveiracampos@gmail.com.

**Keywords:** *Political antagonism. Ideology. Language and symbolic representation. Brazilian political context.*

## **Introdução**

Segundo um ponto de vista metodológico tradicional e consagrado, uma análise mais profunda de qualquer contexto histórico não pode prescindir de uma visão global do fenômeno observado, o que pressupõe um distanciamento temporal. No entanto, conforme tendência contemporânea, uma análise do tempo presente pode ser elucidativa de determinado contexto, principalmente levando-se em conta que os eventos se dão num fluxo contínuo, e não em compartimentos estanques, o que implica a apreciação do presente numa extensão que abrange um espaço anterior de experiência e um horizonte de expectativas. Ademais, a crescente demanda por conhecimento nos tempos atuais e o surgimento rápido de problemas e questões cujas respostas se mostram urgentes tornam não somente possível, mas muitas vezes necessária uma apreciação dos eventos no tempo presente.

No caso do atual cenário social e político brasileiro, existe uma percepção generalizada de que o país atravessa um momento singular em sua história. Dentre os fatores característicos desse momento podem-se apontar, em especial, a política incorporada ao cotidiano da maior parte da população brasileira, uma guinada à direita no espectro político e, num movimento de ação e reação, polaridade e extremismo, além de um crescente desprezo pelas instituições e pelos ideais de direitos humanos e de democracia, acompanhado pela sombra de um desejo de retorno à ditadura militar. Uma análise diacrônica de longo período da trajetória da atividade político-partidária no Brasil certamente auxiliará na compreensão de tal cenário. Não obstante, também é conveniente pensar sobre algumas características peculiares da dinâmica política brasileira na atualidade, o que se pode fazer a partir da reflexão sobre um recorte temporal menor, como o período que se seguiu à reeleição da presidenta Dilma Roussef em 2014. Os eventos que então se sucederam, principalmente o processo de *impeachment* da presidenta e a eleição de um candidato de extrema direita (Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal) para a presidência da República, e a turbulência que os marcou, apresentam características e nuances que, se por um lado, despontam

como novidade na prática da atividade política brasileira, por outro lado há algumas décadas têm sido destacadas por estudiosos das ciências sociais.

O presente trabalho tem por objetivo pensar sobre algumas características mais salientes da dinâmica político-partidária brasileira na atualidade. Dentre as diversas possibilidades, optei por ressaltar o caráter antagônico das relações políticas, que culminou num extremismo político, e pensar sobre algumas estratégias simbólico-ideológicas utilizadas no embate. Os dois primeiros itens trazem algumas considerações de ordem teórica sobre a noção de antagonismo político e de estratégias linguísticas com finalidade ideológica. Ilustrando tal ordem de considerações, o terceiro item faz breves considerações acerca de como a moldagem simbólico-ideológica da realidade social e política brasileira opera na configuração de um antagonismo político que hoje parece estabelecido na dualidade amigos/inimigos.

## **ANTAGONISMO POLÍTICO**

A palavra antagonismo sugere de imediato a ideia de duas coisas, entes ou fenômenos excludentes entre si e inconciliáveis. Porém, existe outro sentido para a referida expressão, conforme destacado por José Gomes André em ensaio sobre o conceito de antagonismo desenvolvido por Immanuel Kant em suas obras. Segundo André, o referido conceito diz respeito à noção de forças contrapostas, mas não excludentes, e a “uma dialética transformadora do humano, do social e do político”.<sup>2</sup> Ao discorrer sobre o conceito kantiano de “sociabilidade insociável”, o autor ressalta o conflito do ser humano que, por um lado, deseja viver numa comunidade que pode possibilitar o desenvolvimento de suas capacidades naturais e, por outro, se vê impelido a viver em isolamento devido ao entrave que outros seres humanos representam à realização de suas pretensões.<sup>3</sup> Percebe-se então a importância da atividade política para o processo dialético de desenvolvimento humano a partir dessa ambiguidade, pois, como ressalta André, o gênero humano está

---

<sup>2</sup> ANDRÉ, José Gomes. O conceito de antagonismo na filosofia política de Kant. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 35, n. 2, maio/ago. 2012, p. 31-50. Disponível em:

<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/transformacao/article/view/2469>>. Acesso em: 5 nov. 2018, p. 34.

<sup>3</sup> ANDRÉ, op. cit. p. 36.

[...] condenado a realizar todas as suas potencialidades – o que torna também necessário alcançar um ideal político o mais favorável possível à sua sobrevivência e ao seu aperfeiçoamento. <sup>4</sup>

Algumas noções e conceitos desenvolvidos pela cientista política Chantal Mouffe em seu livro *Sobre o político* explicitam elementos que caracterizam a política enquanto atividade de disputa pelo poder e permitem uma melhor compreensão sobre o sectarismo e o radicalismo que têm marcado as relações políticas em várias partes do mundo há algumas décadas e, atualmente, também no Brasil. Ao contrário da visão liberal, que vê a necessidade de agregação de diferentes pontos de vista em um conjunto harmonioso e não conflitante, a autora ressalta que o antagonismo é uma dimensão constitutiva da atividade política, como consequência da distinção nós/eles, “que é a condição da possibilidade de formação de identidades políticas”. <sup>5</sup> Os antagonismos são decorrência natural da pluralidade de visões de mundo e dos anseios dos diferentes grupos sociais, os quais canalizam suas expectativas em correntes e partidos políticos que supostamente lutarão pelos interesses dos grupos que representam.

Uma vez que as identidades coletivas e políticas são estabelecidas sobre a distinção nós/eles, surge o problema sobre como se estruturar uma ordem democrática que resista à tendência de que tal distinção se mostre sob a forma da relação amigos/inimigos. Tal relação implica em considerar as pretensões opostas como ilegítimas e até mesmo em erradicar os inimigos.<sup>6</sup> Por outro lado, não se pode negar o caráter antagonístico das relações políticas, uma vez que o consenso pregado pelo ideário liberalista implica no silenciamento das vozes cujos anseios muitas vezes são desprezados pelo pacto político. A autora propõe então um modelo adversarial como constitutivo da democracia, desenvolvido de acordo com um modelo *agonístico*, segundo o qual a confrontação antagonística “se desenvolve sob condições que são reguladas por um conjunto de procedimentos democráticos aceitos pelos adversários”. <sup>7</sup>

Chantal Mouffe repudia a atual política de consenso que teria substituído a política adversarial fundada na distinção direita/esquerda, a qual simboliza formas

---

<sup>4</sup> ANDRÉ, op. cit., p. 37.

<sup>5</sup> MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2015, p. 15.

<sup>6</sup> MOUFFE, op. cit. p. 19.

<sup>7</sup> MOUFFE, op. cit., p. 20.

opostas de identificação coletiva e posições políticas discordantes. Vale a transcrição do pensamento da autora sobre o confronto entre esquerda e direita:

*Esse confronto deve oferecer formas coletivas de identificação suficientemente fortes para mobilizar as paixões políticas. Na ausência dessa configuração adversarial, as paixões não dispõem de uma válvula de escape democrática e as dinâmicas agonísticas do pluralismo são obstruídas. Corre-se o risco, portanto, de que o confronto democrático seja substituído pelo confronto entre formas essencialistas de identificação ou entre valores morais não negociáveis.* <sup>8</sup>

Quando as paixões políticas não encontram formas de expressão adequadas nos canais políticos, é possível que elas encontrem ressonância em outros tipos de identidades coletivas de caráter religioso, étnico etc. E não raramente a insatisfação dos grupos sociais com o tratamento conferido a suas demandas pelos canais políticos democráticos leva à insurreição e ao extremismo.

Outra noção importante discutida por Mouffe é a de "moralização" da política, entendida não como uma tendência de adequação dos agentes políticos aos padrões éticos vigentes na sociedade, visando ao bem comum, mas sim, como o fato de a oposição nós/eles ser construída segundo categorias morais nos termos bem/mal. <sup>9</sup> Essa oposição prejudica o modelo agonístico, pois, ao identificar o "eles" com o "mal", não se vê o oponente como adversário, mas sim, como um inimigo com quem nenhum debate é possível e que deve ser exterminado. <sup>10</sup>

As considerações acima apontam para um dos grandes desafios da atividade política: a produção de um consenso que evite a desagregação social resultante dos litígios decorrentes do embate entre pontos de vista e aspirações conflitantes e que, ao mesmo tempo, não reprima a dinâmica da relação dialética entre interesses diferentes, uma vez que essa dinâmica possibilita o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos que dela dependem para a realização de seus projetos de vida.

---

<sup>8</sup> MOUFFE, op. cit., p. 29.

<sup>9</sup> MOUFFE, op. cit., p. 74.

<sup>10</sup> MOUFFE, op. cit., p. 75.

## IDEOLOGIA E CONSTRUÇÃO DA REALIDADE SOCIAL

A dimensão retórico-dialógica da política é essencial ao exercício do antagonismo de ideias, de acordo com o modelo proposto por Chantal Mouffe, discutido no item anterior, o qual deve permear as relações políticas numa sociedade democrática. A tentativa de fazer um determinado ponto de vista político prevalecer sobre outro pressupõe a elaboração de um discurso justificador e legitimador da posição adotada, o que chama a atenção para a importância da linguagem no exercício da política e de sua utilização como instrumento ideológico.

Não obstante as diversas acepções em que a palavra ideologia pode ser utilizada, vamos considerá-la em seu sentido mais usual, principalmente na linguagem cotidiana, e que mais prontamente é evocado por ela: a noção de manipulação de ideias para a consecução de determinados objetivos, como a manutenção do *status quo* e a legitimação ou conquista do poder. A produção discursiva ideológica se vale de diversas estratégias de construção linguística que criam uma aparente identificação entre o discurso veiculado e a realidade, o que é essencial para o processo de justificação e legitimação. Ao discorrer sobre a importância da linguagem para a construção social da realidade, Peter Berger e Thomas Luckmann afirmam que, desprendendo-se do “aqui e agora”, a linguagem:

*[...] constrói, então, imensos edifícios de representação simbólica que parecem elevar-se sobre a realidade da vida cotidiana como gigantescas presenças de um outro mundo. [...] A linguagem é capaz não somente de construir símbolos altamente abstraídos da experiência diária, mas também de ‘fazer retornar’ estes símbolos, apresentando-os como elementos objetivamente reais na vida cotidiana. <sup>11</sup>*

Essa capacidade da linguagem de integrar à realidade elementos que em princípio não fazem parte dela pode ser mobilizada para fins ideológicos. É interessante mencionar algumas estratégias discursivas que podem ser utilizadas na representação ideológica da realidade.

---

<sup>11</sup> BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 36. ed. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 59.

Em seu livro *Ideologia e cultura moderna*, John B. Thompson analisa a ideologia a partir do prisma da importância das formas simbólicas no estabelecimento e na sustentação das relações de dominação numa sociedade. O autor descreve os modos gerais pelos quais a ideologia pode operar e as estratégias típicas de construção simbólica.

O primeiro modo é a *legitimação*: as relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas se forem tidas como legítimas; para esse fim se prestam as estratégias de *racionalização* (constrói-se uma cadeia de raciocínio que procura justificar ou defender um conjunto de relações ou de instituições sociais), de *universalização* (os interesses de alguns indivíduos são apresentados como se servissem aos interesses de todos) e de *narrativização* (trata-se o presente como parte de uma tradição eterna e imutável).

Outro modo de operação da ideologia é a *dissimulação*, pelo qual as relações de dominação podem ser estabelecidas ou sustentadas por meio de sua ocultação, negação ou obscurecimento, ou ainda se desviando a atenção das relações e dos processos existentes. A dissimulação emprega estratégias tais como o *deslocamento* (as conotações positivas ou negativas de um termo são transferidas de um objeto ou pessoa para outro) e a *eufemização* (utilizam-se termos ou expressões que atribuam às instituições ou relações sociais uma valoração positiva).

Um terceiro modo de operação da ideologia é a *unificação*, que consiste em construir, no nível simbólico, uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separar esses indivíduos. Exemplos de estratégias de unificação podem ser a *padronização* (adaptação das formas simbólicas a um referencial padrão, proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica) e a *simbolização da unidade* (a construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas).

O quarto modo de operação descrito por Thompson é a *fragmentação*, que consiste em separar os indivíduos e grupos que representam um desafio real aos grupos dominantes. A fragmentação pode se dar por meio da *diferenciação* (a ênfase dada às distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos e o apoio às características que os desunem e os impedem de constituírem um desafio às

forças dominantes) e do *expurgo do outro* (a construção de um inimigo, retratado como mau e perigoso e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir).

Um quinto modo possível de operação da ideologia é a *reificação*, que consiste em fazer com que as relações de dominação sejam vistas como fenômenos permanentes, naturais e atemporais, ofuscando-se o seu caráter sócio-histórico. Esse modo de operação pode ser expresso por meio das estratégias de *naturalização* (uma situação social e histórica é tratada como um acontecimento natural) e de *eternalização* (apresentam-se os fenômenos sócio-históricos como permanentes, sendo lhes retirado o caráter de historicidade). A reificação pode ser expressa através de diversos recursos gramaticais e sintáticos, tais como a *nominalização* e a *passivização*, que ocultam os atores e suas ações, representando os processos como acontecimentos que independem da existência de um sujeito que os produza.<sup>12</sup>

Todas essas estratégias, que não são as únicas existentes e podem ser combinadas entre si, prestam-se à criação e à veiculação de um conteúdo simbólico, tarefas hoje extremamente potencializadas pela utilização das redes sociais e aplicativos de comunicação em grupo, como Facebook e WhatsApp. Tais ferramentas são meios técnicos que permitem a fixação das formas simbólicas transmitidas, a estocagem de informação, a reprodução das formas simbólicas e a participação dos agentes emissores e receptores na codificação e na decodificação dos conteúdos<sup>13</sup> numa dimensão sempre crescente desde o advento da sociedade de cultura e comunicação em massa.

Não se pode afirmar com certeza o quanto a maior difusão e troca de experiências, informações e conteúdos simbólicos tornaram as relações sociais mais democráticas, uma vez que o acesso aos meios de comunicação virtual não é usufruído por boa parte da população mundial, e mesmo os que têm esse acesso na maioria das vezes se limitam a receber e transmitir conteúdos e a manifestar opiniões, mas raramente tais manifestações são produzidas em espaços virtuais sérios de participação política efetiva. Porém, é certo que os meios virtuais de comunicação têm sido canais efetivos para a reprodução de ideologias, e mesmo

---

<sup>12</sup> THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 3. ed. Tradução de Carmen Grisci et al. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 81-89.

<sup>13</sup> Cf. THOMPSON, op. cit., p. 221-223.

a possibilidade de circulação de novas ideias não inibe a veiculação de conteúdos tradicionais que servem a propósitos de conservação ou tomada de poder, pois tais conteúdos continuam a ser manipulados por agentes que detêm o capital político, econômico e intelectual necessário a essa tarefa.

## **O CASO BRASILEIRO**

As considerações feitas nos itens anteriores, embora insuficientes frente à complexidade do jogo de forças na arena política, permitem compreender pelo menos alguns dos elementos componentes da realidade política brasileira atual. É fato que há alguns anos a política passou a fazer parte do cotidiano da população brasileira de uma maneira mais efetiva, em primeiro lugar porque essa população cada vez mais tem sentido na pele, e se revoltado contra, as consequências de uma dinâmica político-administrativa marcada pela corrupção e que envolve quase todos os setores da atividade pública estatal e da iniciativa privada. Em segundo lugar, e principalmente, devido ao grande poder mobilizador das redes sociais, que constituem um canal para que o cidadão comum expresse e compartilhe sua opinião sobre os mais diversos assuntos da vida social. Se, conforme um jocoso pensamento popular, em época de copa do mundo o Brasil passa a ter milhões de técnicos de futebol, pode-se dizer, também de maneira bem-humorada, que ultimamente as redes sociais dão voz a milhões de especialistas em economia e em política.

Da mesma maneira como as ideias e opiniões são propagadas e compartilhadas em rede e instantaneamente, assim são as ideologias e visões de mundo, algumas das quais levaram a um extremismo que predomina no atual cenário político brasileiro. O antagonismo político que brota das redes sociais virtuais e que tem influenciado as relações face a face é o que considera o adversário como inimigo. Esse tipo de antagonismo tornou-se mais acirrado com o crescimento do extremismo de direita no Brasil, o que ocasiona a reação por parte dos que se posicionam à esquerda no espectro político.

Dado o predomínio da atual ideologia de direita no Brasil, tanto que um candidato de extrema direita, Jair Bolsonaro, foi eleito para a presidência da República, e também o maior número de pessoas alinhadas à direita dentre os que se valem das redes sociais para a manifestação e o compartilhamento de

conteúdos políticos, é desse polo que retiramos exemplos ilustrativos dos modos e estratégias de veiculação da ideologia.

Uma breve leitura do item anterior é suficiente para que se identifiquem algumas estratégias ideológicas presentes nos discursos sectários veiculados pelas redes sociais no Brasil. Embora à primeira vista os modos e estratégias listados por Thompson pareçam servir apenas a um processo de manutenção e conservação do poder, eles também se prestam ao intuito de tomada de poder ou de imposição de outra visão de mundo, o que se afigura condizente com a atual situação política brasileira.

O antagonismo político brasileiro hoje predominante, do tipo “nós” versus “os inimigos”, é resultante principalmente do modo de operação referido como *fragmentação*, que consiste na separação do grupo que ameaça a conquista do poder. Esse modo se vale das estratégias de diferenciação e do expurgo do outro, isto é, de apontar os opositores como diferentes e portadores de características que ameaçam uma pretendida coesão social. No caso brasileiro, nunca se ouviu tanto falar da palavra “comunista” para se referir aos indivíduos alinhados à esquerda. Essa palavra possui uma carga simbólica fortíssima, pois evoca um passado de terror que deve ser evitado, conclamando-se à “nação” (termo de conotação positiva que pressupõe uma unidade da maior parte da população) que lute contra tal ameaça. Deve-se ressaltar que os defensores dos partidos de esquerda contra-atacaram tachando os simpatizantes de direita de “nazistas”, em alusão ao regime de extrema direita que, na Alemanha, teve como principal figura Adolf Hitler.<sup>14</sup> Porém, tal qualificação não tem a mesma força de “comunista”, pois na história brasileira do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, os regimes de direita que governaram o Brasil mantiveram um discurso de combate ao comunismo. Infelizmente, a oposição “nós/eles” em termos de “nós/inimigos” tem causado fissuras e atritos não apenas no terreno da opinião e da militância política,

---

<sup>14</sup> Há quem diga que o nazismo também seria um movimento político de esquerda. Porém, os argumentos de especialistas, professores e até do embaixador alemão no Brasil não deixam dúvidas de que o nazismo é um movimento de extrema direita. Cf. DEBATE sobre se nazismo é de direita ou esquerda atormenta professores. Rio de Janeiro, *O Globo*, 15 out. 2018, Sociedade. Disponível em:< <https://oglobo.globo.com/sociedade/debate-sobre-se-nazismo-de-direita-ou-esquerda-atormenta-professores-23088894>>, acesso em 9 nov. 2018.

mas invadiu também outros âmbitos da sociabilidade, provocando inimizades e quebras de laços até mesmo na esfera familiar.

A fragmentação pode pressupor, como no caso brasileiro, a *dissimulação*, o que se mostra lógico porque, para se isolar um inimigo e caracterizá-lo como mau, aqueles que assim o fazem devem esconder ou obscurecer seus próprios defeitos. É o que parece ter acontecido no Brasil nas últimas eleições quando, ao se sacralizar a imagem do candidato de direita, identificando-o com os anseios da nação, desviou-se a atenção não somente dos atos de sua vida parlamentar que não condizem com uma conduta ética esperada de um postulante ao cargo de presidente da República, mas também de pontos cruciais de seu programa de governo que, se implantados, podem trazer enormes prejuízos à maioria da população brasileira, principalmente nas áreas de saúde, educação e previdência social.

Também o modo de *reificação* parece, na situação aqui tratada, operar no sentido de caracterizar o inimigo declarado, no caso brasileiro, a esquerda, como a materialização do mal, principalmente por meio da estratégia de eternalização, omitindo-se o caráter sócio-histórico do programa e da atuação dos partidos de esquerda brasileiros. Com efeito, ao se vincular a esquerda ao comunismo como o praticado por países declaradamente comunistas, ignora-se o fato de que a conjuntura nacional e mundial é cada vez menos propícia ao comunismo, e nos quatro mandatos de presidentes ligados ao Partido dos Trabalhadores, sempre acusado de ser comunista, deu-se sequência aos programas de privatizações de órgãos estatais iniciados nos governos anteriores; é contraditória a ideia de que um governo comunista aceite transferir um capital estatal para as mãos de grupos privados que, numa terminologia talvez ultrapassada, representariam a burguesia.

Curioso notar que a herança negativa da ditadura militar no Brasil parece resistir à eternalização, pois nunca se apoiou tanto a volta dos militares ao poder como nestes últimos tempos de conturbação política. É de se ressaltar também os ataques que a ideia de democracia tem sofrido nas redes sociais e mesmo nas conversas sobre política nas relações cotidianas. Veja-se reportagem do jornal Folha de São Paulo na edição de 16/10/17 que menciona dados levantados por um centro de pesquisas americano, de acordo com os quais 23% dos brasileiros

não gostam da democracia representativa e apoiam um regime tecnocrático, militar ou com “um líder forte”; e se contabilizados os que consideram boa a democracia representativa, mas que também apoiariam uma forma de governo não democrático, esse percentual subiria para 62%.<sup>15</sup>

Os exemplos de utilização simbólico-ideológica de recursos linguísticos considerados neste item ilustram como a linguagem tem o condão de construir e fixar à realidade política e social brasileira um sentido discrepante daquele que poderia resultar de uma dinâmica própria dos eventos, sem a interferência de fatores ideológicos. Diante do poder mobilizador das redes sociais e das inúmeras possibilidades de resignificação de sentido desenvolvidas pelas estratégias ideológicas nos ambientes virtuais, pode-se refletir sobre se toda essa mobilização ideológica se dá porque encontra condições propícias no atual contexto histórico do Brasil ou se, pelo contrário, o uso ideológico da transmissão de conteúdos simbólicos é que está criando um contexto propício à imposição de um novo sentido à realidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As reflexões feitas neste trabalho de maneira alguma dão conta de caracterizar e explicar satisfatoriamente o ambiente social e político brasileiro da atualidade, mas fornecem elementos que ajudam a compreender alguns aspectos da dinâmica política brasileira dos últimos anos. Os poucos apontamentos feitos sobre a noção de antagonismo político já constituem material de análise que estimula à consideração sobre o modelo antagonístico predominante no desenvolvimento das relações políticas no Brasil. Também as breves noções sobre modos e estratégias ideológicas encontram ressonância na prática da produção e reprodução discursiva que passa pelos meios de comunicação em massa, especialmente as redes sociais, e chega ao cotidiano da população brasileira.

---

<sup>15</sup> APOIO a governo militar no Brasil é maior que média global, diz pesquisa. São Paulo, *Folha de São Paulo*, 16 out. 2017, Poder. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/10/1927419-parcela-que-apoia-governo-militar-no-brasil-e-maior-que-media-diz-pesquisa.shtml>>. Acesso em: 9 nov. 2018.

A percepção sobre o posicionamento político da população brasileira em geral é de que a preferência do eleitorado se distribui entre as duas pontas do espectro político, a esquerda e a direita; tal situação em princípio se mostra politicamente salutar, pois entre esses extremos situam-se vários partidos que supostamente representam os interesses de diversos segmentos da sociedade. Porém, o que causa apreensão é o fato de haver uma polarização extremista e de que o embate entre esquerda e direita tem adquirido contornos de uma cruzada moral contra um inimigo demonizado que ameaça a integridade da nação. Tal sectarismo é prejudicial à democracia porque, tomando-se o adversário por inimigo, as aspirações opostas não são tidas como legítimas e, portanto, como dignas de consideração e de submissão às regras do jogo democrático. E quando um grupo não encontra um canal político que dê vazão a suas expectativas e anseios ou quando se vê alijado da disputa política, corre-se o risco de que esse grupo passe a se valer de meios ilegítimos para lutar por suas demandas, incluindo o uso da violência.

Também é motivo de preocupação que o exercício desse tipo de antagonismo não agonístico se vale de estratégias ideológicas para justificação e a legitimação do ponto de vista que os adeptos de um dos extremos tentam impor em detrimento do ponto de vista dos rivais. Uma vez que o embate entre ideias se dá por intermédio da linguagem, é interessante pensar sobre como os recursos linguísticos têm servido à transmissão de conteúdos simbólico-ideológicos, principalmente por meio das redes sociais. Talvez o melhor exemplo dessa construção linguística ideológica seja a identificação de esquerda e direita com comunismo e nazismo, respectivamente. Tal identificação tem funcionado como justificativa para combater o adversário, transformado em inimigo, estimulando até o confronto fora dos limites da moralidade e da legalidade, como atestam os inúmeros casos de ofensas à honra e à integridade física dos opositores de ambos os lados.

Evidentemente, os ânimos são mais acirrados em períodos de disputa mais intensa e de decisões importantes para a vida política, como aconteceu com o processo de *impeachment* de Dilma Roussef, por ocasião da prisão de Luiz Inácio Lula da Silva e durante a disputa pela presidência da República. Após as decisões de tais processos sobrevém um período de calmaria. Percebe-se, porém, que a

cada novo evento de natureza política de considerável magnitude os embates políticos são cada vez mais tensos. E, com a crescente influência dos meios de comunicação virtual e de redes sociais sobre a veiculação de conteúdos políticos, cada vez mais a população brasileira se interessa por política e se sente capaz do exercício da cidadania por meio do compartilhamento e da difusão de conhecimentos e opiniões sobre o assunto. Não se pode negar que o incremento da participação da população brasileira em questões políticas seja um fato positivo, pois ta participação é uma forma de exercício da cidadania e da democracia. Por outro lado, existe o temor de que, se essa participação popular não se pautar pelos limites da ética, ocorra uma grave divisão na sociedade, com o desrespeito às leis, às instituições e aos direitos humanos, o que pode ensejar a adoção de medidas de restabelecimento da ordem até mesmo por meio do uso da força e à margem da legalidade e das garantias constitucionais.

Não resta dúvida de que as considerações expostas neste trabalho refletem uma situação característica de um contexto histórico ainda sujeito a mudanças e reelaborações. Porém, elas sugerem que a dinâmica das disputas políticas no Brasil tem conduzido ao modelo antagonístico adversarial polarizado e extremista, e que a crescente veiculação de conteúdos simbólico-ideológicos tem resultado na afirmação desse modelo antagonístico. É provável que o início de um novo governo, agora de tendência à extrema direita, possa inflamar novamente essa disputa. Mas é possível também que as feridas e rompimentos de relacionamentos causados por essa polarização e pelo extremismo político, bem como o temor de uma convulsão social de grandes proporções, instem à reflexão e à tentativa de se estabelecer a disputa política de acordo com o modelo adversarial agonístico, que se desenvolva a partir da relação entre adversários, não entre inimigos.

## **REFERÊNCIAS**

ANDRÉ, José Gomes. O conceito de antagonismo na filosofia política de Kant. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 35, n. 2, maio/ago. 2012, p. 31-50. Disponível em: < <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/transformacao/article/view/2469> >. Acesso em: 5 nov. 2018.

APOIO a governo militar no Brasil é maior que média global, diz pesquisa. São Paulo, *Folha de São Paulo*, 16 out. 2017. Poder. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/10/1927419-parcela-que-apoia-governo-militar-no-brasil-e-maior-que-media-diz-pesquisa.shtml>>. Acesso em: 9 nov. 2018.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 36. ed. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2014.

DEBATE sobre se nazismo é de direita ou esquerda atormenta professores. *O Globo*, Rio de Janeiro, *O Globo*, 15 out. 2018. Sociedade. Disponível em:<<https://oglobo.globo.com/sociedade/debate-sobre-se-nazismo-de-direita-ou-esquerda-atormenta-professores-23088894>>, acesso em 9 nov. 2018.

MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 3. ed. Tradução de Carmen Grisci et al. Petrópolis: Vozes, 1999.